

NOME BENEFICIÁRIO	ASSOCIAÇÃO DOURO HISTÓRICO
NIFAP	7163941
DESIGNAÇÃO	DOURO NORTE 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

A - O Território de Intervenção

O Território de Intervenção da Associação Douro Histórico, objeto da presente candidatura e da qual se apresenta a Estratégia de Desenvolvimento Local 2023-2027 na sua Tipologia Rural, é constituído por 7 concelhos: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, totalmente integrados na NUT III Douro da NUT II Norte, mais especificamente no vale norte do Rio Douro. Com uma área total de 1.214 km² e uma densidade populacional de 78,28 hab./km², este conjunto de concelhos possui um quantitativo demográfico de 95 037 residentes de acordo com os Censos 2021.

Caracterizado por uma matriz territorial rural, de baixa densidade e dispersa, intercalado, por antigas quintas, aldeias e pequenas vilas, que se inserem num mosaico partilhado por “manchas” de base agrícola e florestal numa orografia sinuosa, é um território potenciado pela ação do homem que transformou e moldou a paisagem dando-lhe um carácter distintivo, evolutivo e vivo, classificado pela Unesco como património mundial. É fortemente marcado pela riqueza e potencial dos recursos endógenos, pela vocação turística, pela vasta rede patrimonial classificada, pelas paisagens das serras do Marão e do Alvão, pela extensa rede hidrográfica e o Douro a Sul, pela cultura local associada à gastronomia e à fileira agroalimentar, pelas tradições das artes e ofícios locais e pelos eventos. Do ponto de vista dos produtos endógenos destaca-se o papel estratégico e o reconhecimento associado ao vinho de mesa, ao vinho do porto, ao moscatel, ao azeite, ao fumeiro e ao mel. A dimensão urbana, da área de intervenção da ADH, é particularmente vincada ao longo do eixo urbano Peso da Régua – Vila Real, onde se concentra a esmagadora maioria das funções, equipamentos e serviços de base urbana (ligados com a cultura, a saúde, desporto e a educação), facto que promove a concentração da maior parte da população residente, dos estabelecimentos e do tecido empresarial.

A abordagem estratégica é dirigida à totalidade das 73 freguesias que compõem os 7 concelhos acima referidos apesar de, e conforme a base de dados disponível na 1ª fase de Reconhecimento dos GAL, o território proposto pela ADH incluir freguesias urbanas. Assim das 73 freguesias propostas, 65 são de tipologia rural e 8 não rurais - Arroios, Folhadela, Lordelo, Mateus, Parada de Cunhos, UF de Mouços e Lames, Vila Marim e Vila Real – todas pertencentes ao concelho de Vila Real.

A integração destas freguesias não rurais justificam-se pelo contributo na sua globalidade para a coesão da abordagem a desenvolver, pois e apesar de se constituírem como freguesias de tipologia urbana apresentam e mantêm uma área de produção agrícola significativa (25% da área total destas freguesias) o que associado à massa crítica (61.283 pessoas em freguesias rurais; 33.754 em freguesias urbanas) que dispõem, potenciam o escoamento dos produtos locais, a sua divulgação, incrementando desta forma o desenvolvimento de toda a envolvente rural. Tal qual como na DLBC

2014-2020, reforçamos a sua manutenção pela coerência e agregação física, económica e social do território com as zonas rurais limítrofes, pelas funções e usos localizados, pelo fator de atração e de polarização que detém, sobretudo ao nível do emprego (movimentos pendulares), dos equipamentos coletivos, serviços e do património.

O Território de Intervenção proposto cumpre o definido nas alíneas a) b) c) d) com a inclusão ainda de freguesias não classificadas como rurais referido na alínea e) do ponto 2 do Anúncio de Concurso.

B - Caracterização da Parceria / Entidade Gestora e Modelo Organizacional

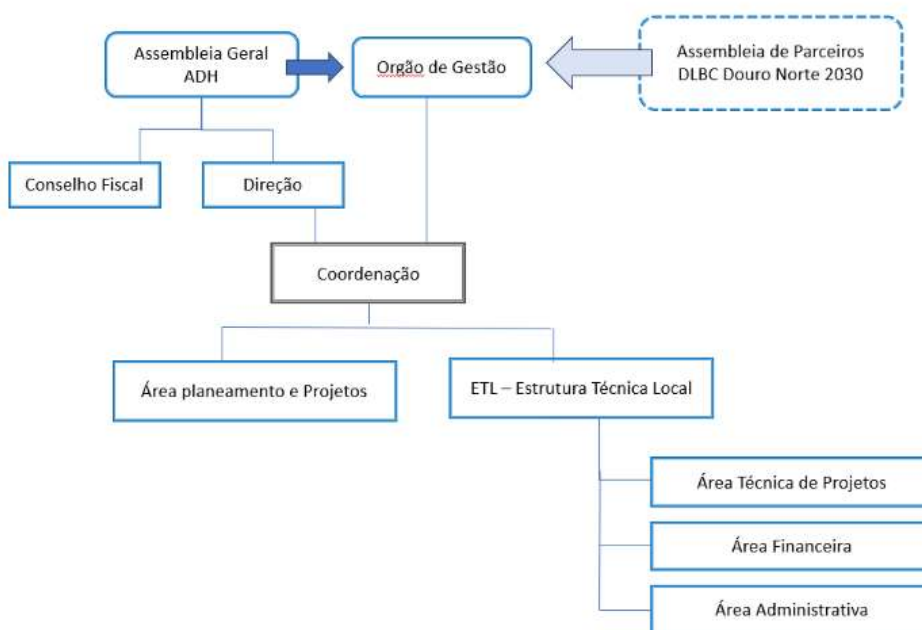
A parceria GAL DOURO HISTÓRICO é composta por 72 parceiros com atividade económica efetiva, dos quais 87% são de natureza privada e 13% de natureza pública. Em termos de caracterização jurídica são sociedades por quotas, organismos da administração pública, associações de direito privado, cooperativas, empresários em nome individual, fundação pública de direito privado, pessoa coletiva religiosa, todos com atividade económica, envolvidos num bem comum de pertença e compromisso de desenvolvimento do território. De âmbito local na sua maioria (97%) tem a sede distribuídos pelos 7 concelhos do TI; Alijó 10%, Mesão Frio 4%, Murça 7%, Peso da Régua 16%, Sabrosa 14%, Sta Marta Penaguião 7% e Vila Real 39%.

A parceria é ampla e representativa dos setores de atividade com relevância no território, destacando-se pela sua importância o sector agrícola 21% e agroalimentar 14%, os serviços 15%, o turismo 12%, património e cultura 7%, a indústria 5%, o social 6%, educação 4%, a floresta 4% e outras 12%. O crescimento da parceria face ao período anterior (70%) é bem demonstrativo da sua vitalidade, destacando-se ainda o aumento do nº de setores representados (+ 4) face ao que foi o anterior período de programação.

Os parceiros designaram a entidade Associação Douro Histórico (ADH) como Entidade Gestora (EG) da parceria e responsável pela gestão administrativa e executiva da parceria, conforme a alínea c) do ponto 3 do Aviso. Trata-se de uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com forte presença no território e vasta experiência na gestão de programas de desenvolvimento local. Nas 3 últimas décadas, apoiou a concretização de 928 projetos (equivalem a 48,5 M€ e a mais de 350 postos de trabalho). À data de 31 de maio, o DLBC/Rural Douro Norte, gerido pela atual parceria, apresenta de FEADER, uma taxa de compromisso de 96% e uma taxa de execução de 64%. Sobre este quadro de programação, importa referir o elevado desempenho do GAL Douro Histórico pelas dinâmicas territoriais que se verificaram o que se traduziu e traduzirá num compromisso e execução significativo. Disto mesmo dão conta os parceiros no reconhecimento da atividade do GAL e empenho da ETL na gestão, acompanhamento e monitorização da DLBC.

O modelo de governação adequa-se às necessidades de animação e gestão da parceria. Consagra uma abordagem local ascendente e uma adesão aos princípios LEADER, promovendo a inovação, o capital social, a partilha de conhecimento, a cooperação e trabalho em rede, a monitorização e avaliação do valor acrescentado LEADER.

O modelo de governação assenta nos seguintes órgãos: A Assembleia de Parceiros, é órgão deliberativo, aberto à sociedade civil, sendo composto por todos os Outorgantes



subscritores do Acordo de Parceria e que aprovam a EDL. O Órgão de Gestão, órgão executivo nomeado pela Assembleia Geral da EG, será composto por 7 elementos representativos da parceria, com princípios de funcionamento que asseguram a segregação de funções. Tem como principais atribuições a

gestão técnica, administrativa e financeira da EDL. A Estrutura Técnica Local articula-se diretamente com o OG e funciona a partir da estrutura técnica pluridisciplinar da EG com experiência comprovada na análise e acompanhamento de projetos de desenvolvimento rural.

C – Análise Swot do Território

Apesar da trajetória de crescimento positivo que o território registou ao longo dos últimos anos, a análise swot continua nas suas várias vertentes a fornecer um diagnóstico de algum modo preocupante no que concerne ao posicionamento do território no contexto e envolvência externa (oportunidades e ameaças) como também a nível interno (forças e fraquezas) continuando a enfrentar fortes desafios de reforço da competitividade e coesão social, económica e territorial. Resultado da análise estatística, dos contributos da abordagem participativa e também do conhecimento do território, apresentam-se os que consideramos como mais importantes pelas várias categorias identificadas:

FATORES EXTERNOS	Oportunidades	Ameaças
	População	
	Crescente valorização das amenidades rurais no padrão de procura residencial; políticas públicas e fundos estruturais para o investimento em projetos de fixação de população jovem nos territórios do interior; Maior nível de formação dos jovens agricultores o que pode contribuir para uma maior abertura à inovação tecnológica.	Aprofundamento da dinâmica de despovoamento e de envelhecimento da população residente; Inaccessibilidade habitacional; Concorrência dos territórios urbanos e do litoral na atração de população jovem; Dificuldades na renovação geracional e em legar os saberes tradicionais.
	Economia e Emprego	
	Possibilidades de acesso a uma bolsa de recursos humanos qualificados, como os estudantes da UTAD; Qualificação da oferta de cursos profissionais; Apoios para a qualificação de empresas e pessoas, nos domínios da inovação, bioeconomia, desempenho ambiental e empreendedorismo; Novas oportunidades de complementar os baixos rendimentos agrícolas (apicultura, turismo, energia renovável, artesanato)	Desemprego de longa-duração; Perda crescente de rendimentos dos pequenos agricultores; Declínio do comércio tradicional; Instabilidade dos preços nos mercados nacionais e internacionais; Perceção negativa dos jovens sobre a atividade agrícola
	Recursos naturais e culturais	
	Recursos naturais para o desenvolvimento do turismo sustentável de natureza; Promoção dos recursos culturais e identitários da região Douro; Diversidade da oferta cultural nos concelhos (atração de públicos e visitantes com impacto no turismo, restauração e comércio	Perda dos saberes tradicionais, Redução da massa crítica para viabilização económica das atividades culturais; degradação do património construído e vernacular.
	Produção, Infraestruturas e Serviços Básicos	
	Proximidade a escolas, politécnicos e UTAD para promover a inovação do tecido empresarial e dos produtores agrícolas; Eletrificação da linha ferroviária e consolidação da via navegável do Douro para a melhoria da mobilidade de pessoas e mercadorias; Crescente reconhecimento externo dos produtos locais (vinho, azeite, paisagem) para a internacionalização da economia local; Alimentação sustentável, novos hábitos alimentares saudáveis e populações mais consciencializadas acerca da origem e qualidade dos produtos.	Concentração de serviços básicos nos principais centros urbanos; Especulação imobiliária (aumento dos preços da habitação); Crescentes dificuldades de financiamento do terceiro setor; Desvalorização social das atividades do mundo rural
	Transição Energética e Digital	
	“Democratização” do acesso à internet a preços comportáveis; Energia a partir de Biomassa com potencial de crescimento; Linhas de apoio comunitário dirigidas à transição digital e energética; Reforço do comércio eletrónico para aproximar os consumidores dos produtos locais; Desenvolvimento das tecnologias digitais para melhorar as respostas sociais	Riscos de exclusão social da população mais envelhecida, com elevados níveis de iliteracia digital; Dificuldades do tecido empresarial e dos pequenos produtores agrícolas em suportar os custos da transição digital e energética
	Sustentabilidade e Clima	
	Pagamento por serviços dos ecossistemas da Floresta (regulador da qualidade da água do solo e sequestro de CO ₂); Uso da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável; Redução de custos com fatores de produção e ganhos de eficiência no médio prazo com a utilização de tecnologias limpas e melhores práticas agrícolas; Aposta na economia circular	Alterações climáticas; Aumento da probabilidade de incêndios rurais; Áreas do cultivo suscetíveis à desertificação provocado pela diminuição das disponibilidades hídricas; Dificuldades dos pequenos produtores para cumprir legislação cada vez mais exigente para a adoção de práticas produtivas mais sustentáveis
	Governança Local, inovação social, cidadania e sociedade civil	
	Crescente relevância económica das indústrias criativas na economia global; Maior consciência de cidadania informada pelas novas tendências de consumo que integram preocupações com a sustentabilidade (redução do desperdício alimentar, cadeias curtas, questões nutricionais, menor pegada ecológica)	Desinteresse crescente dos mais jovens na participação cidadã; Esvaziamento do papel dos GAL e de outras associações base local na condução do desenvolvimento local. Centralização e burocratização das políticas públicas para o território; Perceções negativas acerca da vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer e serviços públicos, passando pelo acesso às redes digitais

FATORES INTERNOS	Forças	Fraquezas
	População	
	Freguesias nos concelhos de Vila Real e de Mesão com dinâmicas de crescimento populacional ou com estagnação de perda populacional. Índice de dependência de idosos (42,5%) inferior ao da Região do Douro (47,3%); Melhoria das qualificações da população residente (2011 e 2021); 40% da população residente no TI detinha pelo menos o ensino secundário e 16% o ensino superior	Tendência de despovoamento e de envelhecimento no conjunto (-9% face a 2011); População globalmente mais carenciada e mais dependente de apoios sociais
	Economia e Emprego	
	Bom desempenho económico recente com crescimento dos estabelecimentos (+59%), do pessoal ao serviço (+31%) e do volume de negócios (+16%) face a 2011; Dinamismo do comércio mais emprego gerado (20% do pessoal ao serviço em 2020); Crescimento da atividade turística; Proximidade a centros de produção de conhecimento (Universidades e Politécnicos); Produtos locais de valor reconhecido (vinho, gastronomia, experiências turísticas)	Desemprego acima da média nacional. Atomização e fragmentação do tecido empresarial com reduzidos níveis de inovação; Escassez de recursos humanos qualificados nos setores emergentes; Especialização produtiva ainda muito dependente da base agrícola e florestal (emprego e VAB); Envelhecimento da mão de obra agrícola (59% com + de 65 anos)
	Recursos naturais e culturais	
	Presença de um conjunto de ativos naturais de elevado valor ambiental e áreas de especial interesse de conservação; Zonas do TI com área afeta à Rede Natura 2000; Diversidade paisagística do território; Prestígio associado à cultura vinhateira, mais de metade do TI integra a RDADV	Reduzido peso da animação turística, rotas e circuitos do património
	Produção, Infraestruturas e Serviços Básicos	
	Presença de estabelecimentos escolares e formativos e cuidados primários de saúde em praticamente todo o TI; 3º setor dinâmico com respostas sociais importantes para a população; Ligações ferroviárias e fluviais ao território; Aumento da superfície agrícola utilizada (+12% face a 2009), olival (13%) e vinha (5%); Desenvolvimento da mecanização da atividade; aumento da produtividade por unidade de trabalho agrícola e de áreas afetadas a agricultura biológica.	Crescentes dificuldades das populações no acesso a equipamentos, serviços públicos e à habitação; Lacunas nas acessibilidades viárias e reduzida oferta de transportes públicos; Dificuldades no escoamento local dos produtos endógenos nos mercados de proximidade; Sazonalidade do destino Douro; Níveis incipientes de organização e cooperação entre dos produtores agrícolas
	Transição Energética e Digital	
	Evolução positiva na transição digital nas escolas: média de alunos /computador c/internet de 1,6 (3,0 em 2011); Consumo elétrico p/habitante com uma evolução estável no conjunto dos municípios do TI, abaixo das médias da região Douro e da região Norte; Crescimento do edificado com certificação energética (superior à média nacional)	Reduzida cobertura de rede de internet de banda larga (5G); Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes é < à média nacional em todos os territórios do TI; Setor da agricultura e floresta muito dependentes de combustíveis fósseis para suprir necessidades energéticas; Pobreza energética com expressão no TI; Reduzida incorporação de tecnologia/digitalização pelas pequenas e médias empresas
	Sustentabilidade e Clima	
	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas CIM Douro; Crescimento da área afeta a agricultura biológica (+ 380 ha) e da área agrícola abrangida por medidas de uso eficiente de água (+ 21 ha face a 2009); Existência de 3 ZIF no TI o que concorre uma melhor gestão e ordenamento do espaço florestal; Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)	Baixas taxas de recolha seletiva de resíduos; Forte dependência do automóvel para as deslocações; Agravamento do estado global das massas de água superficiais na região hidrográfica do Douro; Utilização de fertilizantes azotados nas superfícies agrícolas cultivadas; Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica (0,9%) ainda longe da meta para 2030 (25%)
	Governança Local, inovação social, cidadania e sociedade civil	
	Experiência de 31 anos GAL Douro Histórico na implementação da abordagem LEADER, Boas dinâmicas de participação e desenvolvimento de projetos de inovação social, CLDS 4G em todos municípios, Território seguro, Setor cooperativo agrícola com uma boa cobertura no TI	Dificuldades em avaliar e comunicar o valor acrescentado da abordagem LEADER; Reduzido associativismo juvenil e cultural; Dificuldades de promover partilha de recursos

D) Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL): desafios / objetivos /

enfoques temáticos / metas / resultados esperados

A construção da Macro Estratégia beneficiou de um processo amplo e abrangente de participação com o envolvimento da comunidade e agentes locais em vários momentos. Momentos que se revelaram fundamentais para a sinalização dos desafios que a parceria pretende dar resposta e para a definição dos enfoques temáticos que vão enquadrar as ações, e que o GAL manterá durante a vigência da DLBC, procedimento que tem vindo a ser aplicado no atual quadro de programação e do qual se obteve apreciações favoráveis e resultados positivos.

Neste conforme a parceria identificou os seguintes **desafios territoriais**: a) Aumentar o emprego qualificado e inclusivo, capacitando as empresas rurais para a bioeconomia circular e transição digital; b) Inverter o abandono rural, promovendo a competitividade das explorações agrícolas e a rentabilização dos produtos locais; c) Qualificar o produto turístico, promovendo a cultura e património; d) Aproximar as populações rurais, melhorando a conectividade física e digital no território; e) Repovoar o território, atraindo mão de obra qualificada para os setores económicos emergentes; f) Mitigar os riscos associados às alterações climáticas, disseminando o conhecimento, a inovação e as boas práticas.

Estes desafios articulam-se com as **4 áreas de intervenção** que serão mobilizadas a saber: *A. Coesão social e territorial; B. Competitividade das atividades rurais; C. Preservação da identidade territorial; D. Governança.* Estas áreas conjugam-se e completam-se no sentido de uma resposta integrada às necessidades do território, em plena articulação com o objetivo PEPAC pré-definido para a DLBC: *OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bio economia circular e uma silvicultura sustentável.*

Temos como VISÃO: Douro Norte 2030 - um território mais coeso, mais competitivo e mais sustentável ao nível económico, social, cultural e com uma maior empregabilidade

Para cada uma das áreas apresenta-se um **enfoque temático** orientador da ação do GAL Douro Histórico – trabalhar o **Território** com as **Pessoas** e **Organizações**, promover os **Recursos**, as **Atividades Económicas** e os **Produtos**, valorizar o **Património** e a **Cultura** e reforçar a **Governança**, a **Cooperação** e o **Trabalho em Rede**. Subjacente à definição dos enfoques temáticos esteve presente a necessidade de conferir à Parceria um campo de atuação adequado à natureza multidimensional dos desafios do território, não obstante a correspondência integral que, nesta fase, se promove entre as áreas temáticas propostas, as necessidades (principais e complementares), os resultados esperados do PEPAC e o financiamento FEADER (instrumento central de apoio Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

Os objetivos apresentados definem-se em coerência com os enfoques temáticos e concretizam a intervenção da EDL em torno de tipologias de ação mais específicas, coerentes com as necessidades território e orientados para a concretização dos resultados esperados definidos no aviso. Estes também como pressuposto estabelecem uma logica de continuidade com as facetas da ação local que, na

anterior DLBC, se revelaram adequadas às necessidades da população, dos pequenos e médios agricultores e do tecido empresarial

Assim, para a área de intervenção A- *Coesão social e territorial*, define-se o **enfoque temático 1 (Território, pessoas e organizações)** com os seguintes objetivos: Ob. 1.1 Desenvolver as competências pessoais sociais e profissionais das populações, apostando na sua formação e qualificação; Ob.1.2 Apoiar as associações do território, melhorando as repostas à comunidade local; Ob. 1.3 Desenvolver diversificar a atividade económica, promovendo o empreendedorismo e o emprego sustentável; Ob.1.4. Promover oportunidades de acesso a novos mercados (locais, regionais, nacionais e internacionais); Ob.1.5. Manter, preservar e reforçar os ativos territoriais (atratividade, acessibilidade e sustentabilidade). Este enfoque temático traduz a importância (sucessivamente reiterada ao longo do processo participativo) de manter e reforçar o trabalho de proximidade do GAL junto de pessoas e organizações, melhorando assim níveis de inclusão social, as qualificações e a empregabilidade. Os objetivos apresentados permitem o direcionamento de medidas para a aquisição e desenvolvimento de competências, para projetos de criação do próprio emprego e de empreendedorismo social, assim como medidas mais vocacionadas para o desenvolvimento de empresas rurais, à sua expansão e crescimento e para um melhor acesso da população rural a serviços e infraestruturas.

Para a área de intervenção B- *Competitividade das atividades do mundo rural* define-se o **enfoque temático 2 (Recursos, atividades económicas e produtos)** e os seguintes objetivos: Ob. 2.1 Apoiar investimentos na modernização e na melhoria do desempenho ambiental das explorações agrícolas e florestais; Ob.2.2 Apoiar os pequenos e médios produtores na transformação, comercialização e promoção dos produtos locais; Ob. 2.3 Incentivar a diversificação da atividade económica nas explorações agrícolas; Ob.2.4 Dinamizar e criar novos circuitos de comercialização; Ob.2.5. Apoiar a criação de emprego inclusivo e sustentável; Ob.2.6 Desenvolver as PME locais e o comércio de proximidade. Este enfoque temático consubstancia uma resposta às problemáticas identificadas em diagnóstico e que afetam os pequenos e médios produtores locais (reduzida rentabilidade das explorações agrícolas, dificuldades no escoamento e comercialização dos produtos, entre outras). Os objetivos apresentados traduzem a importância dada pelos parceiros à melhoria da competitividade das explorações agrícolas e ao apoio à transformação e comercialização dos produtos locais. As medidas a programar visam também a dinamização económica, impulsionando o comércio de proximidade e as cadeias curtas de comercialização, sem descurar a atividade turística baseada na cultura a vinha e do vinho tão próprio deste território – o enoturismo.

Relativamente à área temática C. *Preservação da identidade territorial* define-se o **enfoque temático 3 (Património e Cultura)** e apresentam-se os seguintes objetivos: Ob. 3.1 Modernizar das aldeias rurais; Ob.3.2 Divulgar a cultura e as tradições locais; Ob.3.3 Consolidar as redes e os circuitos de visitação de património; Ob.3.4 Promover o turismo rural e cultural sustentável, valorizando o património natural e edificado.

Este enfoque surge do reconhecimento pelos parceiros da importância de alavancar os fatores de diferenciação territorial associados ao património histórico e à cultura local. São definidos objetivos

que respondem à necessidade de desenvolver um novo ecossistema cultural no território, em linha com as agendas para a transição digital e climática. As medidas a programar visam apoiar projetos públicos e/ou privadas, assentes num conceito de sustentabilidade ambiental bem como fomentar dinâmicas turísticas e de visita ligadas ao património, à paisagem e às tradições.

Na área temática D. Governação define-se o **enfoque temático 4 (Governança, cooperação e trabalho em rede)** e os seguintes objetivos: Ob.4.1. Animar e dinamizar parceria; Ob.4.2. Fortalecer as redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais; Ob.4.3. Monitorizar, avaliar e divulgar os resultados da implementação da DLBC; Ob.4.4. Promover a disseminação de projetos e práticas inovadoras junto da comunidade.

No enfoque temático 4 promove-se uma abordagem dirigida à governação da DLBC, renovando o compromisso desta parceria com os princípios da abordagem LEADER. Os objetivos traçados destacam a animação e da dinamização territorial como fonte de inovação e de projetos-piloto, destacando-se ainda a avaliação da EDL, não somente nos aspetos ligados à execução física e financeira, mas sobretudo no que concerne à avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER e da sua divulgação junto da comunidade. Neste enfoque, a capacitação dos parceiros, a cooperação institucional (Intra territorial, interterritorial e transnacional) e o trabalho colaborativo surgem também como desígnios fundamentais para aproximar as comunidades locais às esferas da ciência e do conhecimento.

O sucesso da implementação da EDL pressupõe a superação de bloqueios e constrangimentos de natureza institucional e organizativa que a parceria também deu nota. **São críticos os seguintes fatores:** Envelope financeiro suficientemente robusto para responder às necessidades; Estabelecimento de condições de admissibilidade, tipologias de intervenção e de critérios de seleção de projetos adequados às características dos promotores; Celeridade na análise e decisão de aprovação dos projetos, minimizando a burocracia inerente ao processo de candidatura (ex: otimização dos formulários de candidatura para uma validação automática de dados, minimizando a intervenção humana); Melhorar a capacidade de articulação, trabalho em rede entre promotores e beneficiários, estimulando a partilha de recursos; Capacitação de promotores, beneficiários, consultores e intermediários para uma melhor qualidade de projetos candidatados; Planear e calendarizar a abertura de aviso por forma a que os beneficiários possam programar os investimentos.

E – Construção participada da elaboração da EDL e a constituição/reforço da Parceria

Foram auscultadas entidades representativas do setor agrícola, do setor florestal, organizações ambientais e movimentos associativo, a comunidade escolar, o 3º Setor e o mundo da cultura, bem como agentes económicos representativos dos principais setores de atividade (transformação alimentar, comércio, turismo). A participação da sociedade civil foi expressiva, sendo os diversos contributos recolhidos através de uma abordagem metodológica multifacetada, destacando-se cronologicamente os seguintes momentos de auscultação:

(27 de abril de 2022) Ciclo de Webinars - Iniciativa promovida pela

Associação Douro Histórico, com a colaboração da empresa SPI (Sociedade Portuguesa de Inovação), subordinada ao tema “Douro Norte – Visão Estratégica a 2030”. Nestes seminários debateu-se o desenvolvimento do território em torno das temáticas da agricultura, competitividade económica, cultura e património e turismo. Esta iniciativa, divulgada no site e redes sociais da Associação Douro Histórico, e demais meios de comunicação locais, contou com 219 inscrições e 129 participações efetivas.

(11 de setembro a 28 de dezembro de 2022) Inquérito On-line Vale Douro Norte – uma Visão 2030- Aplicação de inquérito por questionário online dirigido à população em geral no território de intervenção, subordinado ao tema Vale Douro Norte - Uma visão 2030. O questionário obteve 118 respostas válidas. Os resultados do inquérito foram objeto de tratamento estatístico, tendo os mesmos sido considerados na elaboração da presente EDL.

(14, 19 e 20 de dezembro de 2022) Reuniões no âmbito Avaliação Externa da DLBC Rural Douro Norte 2014-2020 – Realização de reuniões de auscultação on-line com os órgãos do GAL, (OG, Direção e ETL), Beneficiários, Consultores e também responsáveis financeiros no sentido de avaliar os fatores de sucesso e de insucesso da implementação da EDL/DLBC 2014-2020. Os pontos abordados tiveram como guide-line os seguintes: Implementação da estratégia, face aos seus objetivos e metas; Efetividade e transparência dos processos de elaboração, operacionalização, implementação e avaliação da EDL/DLBC; Implementação da abordagem LEADER e o seu valor acrescentado (parcerias locais, abordagem ascendente e poder de decisão do GAL, cooperação interterritorial e inovação); Impactes do investimento e da ação do GAL nas dinâmicas locais; Atividades de animação da parceria; Reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC e ainda a Interação com outras entidades (AG PONORTE, PDR 2020, IFAP). Neste âmbito e no decorrer de **(Janeiro e Fevereiro de 2023)** foi aplicado **Inquérito online dirigido a todo os beneficiários** que submeteram candidaturas no âmbito do PDR2020. Este universo de beneficiários inquiridos foi estruturado em 3 grupos: em função do desfecho da candidatura e desagregação dos resultados por medida. Também estes resultados foram objeto de tratamento e análise, tendo os resultados sido considerados na elaboração da presente EDL.

(22 e 23 de maio de 2023) Sessões de Auscultação aos atores territoriais - 6 Sessões de auscultação realizadas nos municípios de Vila Real, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça e Sabrosa. No global, estas sessões contaram com mais de 60 participantes e intervenções. As sessões não se subordinaram a domínios temáticas ou setoriais, conferindo aos participantes a liberdade para produzir reflexões do âmbito mais transversal, por forma a contribuir para uma visão mais integrada dos problemas do território.

27 de junho 2023 – Realização no auditório do Régia Park em Vila Real a sessão de apresentação, debate e validação pela parceria do GAL das linhas estratégicas da Estratégia de Desenvolvimento Local – Douro Norte 2030.

10 de Agosto 2023 – Realização da Assembleia-geral da Associação Douro Histórico e com a presença ainda dos parceiros, foi deliberado e aprovada a candidatura da Associação Douro Histórico

como Entidade Gestora da parceria à 1ª fase – Reconhecimento de GAL e Seleção da EDL (2023-2027) com ratificação do Estratégia de Desenvolvimento Local – Douro Norte 2030 elaborada e sufragada pela parceria.

A síntese conclusiva dos contributos da comunidade local, bem como as evidências de participação (registo fotográfico, registo de presenças, relatórios conclusivos) podem ser consultadas com mais detalhe no separador documento, que se anexa no formulário de candidatura.

F - Articulação da EDL com as Estratégias Regionais e Sub-regionais

A mobilização integrada e coordenada de diferentes fundos é uma mais-valia para a implementação da EDL, tal como demonstrado no passado recente com a inclusão da abordagem multi-fundo (FEDER/FSE) no instrumento DLBC, através do PO Regional. Nesse sentido, é pertinente traçar uma articulação estratégica que vá além dos domínios de intervenção e possibilidades de financiamento PEPAC/FEADER, projetando, para determinadas áreas de intervenção da EDL, uma articulação com instrumentos de programação de natureza complementar.

De facto, as orientações nacionais (Acordo de Parceria) e as orientações europeias para o próximo período de programação estrutural (PT2030) valorizam as intervenções DLBC no âmbito da Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e destacam as boas experiências LEADER.

À escala da NUTII, o Programa Regional do Norte (2021-2027) reconhece explicitamente o contributo que os programas de ação *ancorados em parcerias territoriais, enquadrados por estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo*, podem dar ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. Mais concretamente, no Objetivo específico: RSO5.2. *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas (FEDER), onde se assume a importância do fomento de economias de aglomeração, cooperação e o funcionamento em rede entre os atores locais para o aumento da atratividade dos territórios.*

A mobilização de financiamento PO para a DLBC será fundamental para robustecer a intervenção do GAL no território, sobretudo no que toca à concretização dos objetivos que pressupõem uma ação mais dirigida ao tecido empresarial, terceiro setor, agentes culturais e operadores turísticos (objetivos do enfoque temático 1, objetivos 2.5. e 2.6 do enfoque temático 2; objetivos 3.2 e 3.4 do enfoque 3).

À escala da NUTIII (Douro) destaca-se a articulação com a *Estratégia Douro 2030 – Uma estratégia para a década*, elaborada pela Comunidade Intermunicipal do Douro. Sublinha-se a convergência estratégica entres os objetivos apresentados na EDL e os objetivos estratégicos definidos pela CIM para a região, a saber: *Afirmar o Douro como um Pólo de Inovação e Competitividade*, assente numa estratégia de especialização inteligente da base económica regional que valorize ativos e competências territoriais e crie e fixe valor e emprego qualificado. *Afirmar o Douro como um Território Ambientalmente Sustentável e Socialmente Inclusivo*, comprometido com uma utilização eficiente dos recursos, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações e o reforço da coesão social. *Afirmar o Douro como um Território em Rede*, suportado em parcerias institucionais alargadas e

práticas consistentes de cooperação intersectorial que promovam as lógicas de

eficiência coletiva e garantam uma boa governança territorial.

Num plano mais operacional, partido da experiência e competências adquirida pelo GAL no âmbito da sua cooperação com a CIM Douro, perspetiva-se que a articulação futura possa decorrer em moldes semelhantes aos encontrados no âmbito do PT2020, designadamente através de mecanismos que permitam ao GAL atuar ao nível da mobilização, avaliação e gestão de candidaturas dirigidas à qualificação do tecido empresarial local.

Ainda no âmbito do PEPAC, sublinhe-se que o enfoque temático 4 prevê uma atuação do GAL fortemente empenhada na melhoria na promoção da abordagem LEADER. Nesse sentido, reconhece-se que os objetivos definidos possam ser alavancados em sede de articulação de medidas PEPAC para os DLBC fora do âmbito deste aviso, designadamente as medidas para iniciativas de cooperação nacional, projetos de inovação, custos de funcionamento, animação e cooperação entre GAL.

De forma esquemática apresenta-se de seguida o alinhamento da EDL Douro Norte 2030 com as estratégias do Programa Operacional Norte 2030 da CCDRN e Estratégia CIM:

PROGRAMA OPERACIONAL NORTE 2030 (NUTIII)	ET 1 Território Pessoas e Organizações	ET 2 Recursos, atividades económicas e produtos	ET 3 Património e Cultura	ET 4 – Governança, cooperação e trabalho em rede
Prioridade: 1A. Norte mais Competitivo	Ob. 1.1; 1.3 e 1.4	Ob. 2.2; 2.3; 2.4; 2.6	3.1	Ob. 4.4
Prioridade: 2A. Norte mais Verde e Hipocarbónico Prioridade: 2B. Norte mais Verde e Hipocarbónico e Mobilidade Sustentável		Ob. 2.1		Ob. 4.4
Prioridade: 3A. Norte mais Conectado	Ob. 1.5			
Prioridade: 4A. Norte mais Social	Ob. 1.2	Ob. 2.5		
Prioridade: 5A. Norte mais Próximo dos Cidadãos - <i>Objetivo específico: RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas (FEDER)</i>	Todos os objetivos do ET 1	Ob. 2.5 e 2.6	Ob. 3.2 e 3.4	
Prioridade: 6A. Norte Neutro em Carbono e Transição Justa		Ob. 2.2		Ob. 4.4
Estratégia CIM DOURO				
OE1. Afirmar o Douro como Placa Giratória do Interior Norte no âmbito da Macrorregião do Sudoeste Europeu, tirando partido do seu potencial e posicionamento geoestratégico;	Ob. 1.5			
OE2. Afirmar o Douro como um Pólo de Inovação e Competitividade, assente numa estratégia de especialização inteligente da base económica regional que valorize ativos e competências territoriais e crie e fixe valor e emprego qualificado;	Ob. 1.1; 1.3 e 1.4			
OE3. Afirmar o Douro como um Território Ambientalmente Sustentável e Socialmente Inclusivo, comprometido com uma utilização eficiente dos recursos, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações e o reforço da coesão social;	Ob. 1.2	Ob. 2.1	Ob. 3.2 e 3.4	
OE4. Afirmar o Douro como um Território em Rede, suportado em parcerias institucionais alargadas e práticas consistentes de cooperação intersectorial que promovam as lógicas de eficiência coletiva e garantam uma adequada governança territorial.				Todos os objetivos do ET4

G – Áreas de Intervenção e contributos para a definição do Plano de Ação

O Plano de Ação, aqui apresentado, será objeto de desenvolvimento posterior na 2ª fase do Concurso, sendo estruturado de acordo com, e para além das indicações no Anúncio de Concurso que devam ser seguidas e asseguradas, as medidas existentes no regulamento FEADER, os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC.

Em resumo a **tabela 1** faz a leitura da alocação de verbas por Resultado e metas a atingir, identificando ainda os Enfoques temáticos que contribuirão para o mesmo.

As áreas de intervenção são objeto de desenvolvimento na **tabela 2**, que permite uma leitura integrada da matriz de intervenção preconizada para o território, ainda que o compromisso com metas se reserve para a 2ª fase, aquando da definição do envelope financeiro a gerir pelo GAL. Assim, e conforme o disposto no critério de seleção A - Estrutura da Estratégia (Orientação Técnica Específica nº 174/2023), estrutura-se uma estratégia em que para cada enfoque temático se apresentam objetivos que se articulam coerentemente com as necessidades (principais e complementares) e com os resultados esperados pré-definidos no aviso de intervenção da EDL

Na **tabela 3**, apresenta-se a sistematização do ponto 7.1 - Desafios da Macro Estratégia do formulário de candidatura, conforme orientação expressa na resposta (8.8.2023) do PEPAC Continente às dúvidas formuladas pela Federação Minha Terra (21.7.2023). Propõe-se ainda um conjunto de medidas PEPAC (e extra PEPAC) passíveis de serem geridas pelo GAL.

Tabela 1 – Matriz resumo de alocação de verbas FEADER por Resultados Esperados

Resultados esperados	Enfoque Temático	% FEADER
R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	1 - Território, Pessoas e Organizações	24,00%
	2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	
	3. Património e Cultura	
	4. Governança, Cooperação e Trabalho em Rede	
R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	1 - Território, Pessoas e Organizações	21,00%
	2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	
	4. Governança, Cooperação e Trabalho em Rede	
R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	1 - Território, Pessoas e Organizações	15,00%
	3. Património e Cultura	
R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	15,00%
R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	1 - Território, Pessoas e Organizações	10,00%
	2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	
R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	1 - Território, Pessoas e Organizações	8,00%
	3. Património e Cultura	
	4. Governança, Cooperação e Trabalho em Rede	
R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	1 - Território, Pessoas e Organizações	5,00%
R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	2,00%
Total Feader		100,00%

Tabela 2 Áreas de intervenção da EDL

A -Coesão
social e
territorial

Enfoque Temático	Necessidades principais	Necessidades complementares	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER		
1 - Território, Pessoas e Organizações	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) PTOE8N2 (COE8N4/ AOE8N5/ MOE8N4) - Incentivar a bioeconomia e economia circular COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer COE8N6 - Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	1.1 Desenvolver as competências pessoais, sociais e profissionais dos agentes locais através da sua formação e qualificação	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	7,00%		
				R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	3,00%		
		COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	1.2 Apoiar as associações do território, maximizando as respostas à comunidade local	R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	2,00%		
		COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica	1.3 Desenvolver e diversificar a atividade económica, promovendo o empreendedorismo e o emprego sustentável	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	6,00%		
		COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima		R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	5,00%		
		PTOTN1 - Incentivar a transição digital na agricultura	1.4 Promover oportunidades de acesso a novos mercados (locais, regionais, nacionais e internacionais)	R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	5,00%		
		PTOTN3 - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores	1.5 Manter, preservar e reforçar os ativos territoriais (atratividade, acessibilidade e sustentabilidade)	R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	5,00%		
				R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	1,00%		
		Sub-Total Enfoque Temático 1					34,00%

B -
Competitividade
e das
atividades
rurais

Enfoque Temático	Necessidades principais	Necessidades complementares	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER	
2. Recursos, Atividades Económicas e Produtos	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	2.1 Apoiar investimentos na modernização e na melhoria do desempenho ambiental das explorações agrícolas e florestais	R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	15,00%	
		COE2N1 - Valorizar produtos de qualidade diferenciada		R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	2,00%	
		COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	2.2 Apoiar os pequenos e médios produtores na transformação, comercialização e promoção dos produtos locais	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	4,00%	
		COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais		R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do setor da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,50%	
		COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica	2.3 Incentivar a diversificação das atividades económicas nas explorações agrícolas	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do setor da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,00%	
		PTOTN1 - Incentivar a transição digital na agricultura	2.4 Dinamizar e criação de novos circuitos de comercialização	R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	5,00%	
		PTOTN3 - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores	2.5 Apoiar a criação de emprego inclusivo e sustentável	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	2,00%	
			2.6 Desenvolver as PME locais e o comércio de proximidade	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do setor da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,50%	
		Sub-Total Enfoque Temático 2				35,00%

C - Preservação da Identidade territorial

Enfoque Temático	Necessidades principais	Necessidades complementares	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
3. Património e Cultura	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica	3.1 Modernizar as aldeias rurais	R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias Inteligentes» apoiadas	5,00%
			3.2 Divulgar a cultura e as tradições locais	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,00%
			3.3 Consolidar as redes e os circuitos de visitação de património	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	1,00%
			3.4 Promover o turismo rural e cultural sustentável, valorizando o património natural e edificado	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	5,00%
				R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias Inteligentes» apoiadas	5,00%
				R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	1,00%
			Sub-Total Enfoque Temático 3		

D - Governação

Enfoque Temático	Necessidades principais	Necessidades complementares	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
4. Governança, Cooperação e Trabalho em Rede	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer COE8N6 - Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	4.1 Animar e dinamizar parceria	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	4,00%
		COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	4.2 Fortalecer as redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	4,00% 0,50%
		COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima	4.3 Monitorizar e divulgar os resultados da implementação da DLBC	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	0,50%
		PTOTN2 - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos	4.4 Promover a disseminação de projetos e práticas inovadoras junto da comunidade	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,00% 1,00%
		PTOTN3 - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores			
Sub-Total Enfoque Temático 4					12,00%
TOTAL % FEADER					100,00%

Tabela 3 - intervenções que o GAL passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

Enfoque Temático 1 - Território, pessoas e organizações	
Necessidades principais	Necessidades complementares
PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6); COE8N1COE8N5 COE8N6; COE8N7	COE7N5; COE6N5; COE9N5; COE9N8; PTOTN1; PTOTN3
Medida PEPAC	Resultados/metad
C.2.2.1 - Prémio instalação Jovens Agricultores; C.5.2 - Formação e informação E.1.1 - Formação profissional e aquisição de competências F.11.1 - Formação Profissional	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC
<u>Extra PEPAC:</u> Apoios às Empresas em Espaço Rural (que não do CAAF) Fundos da Política de Coesão Apoios destinados a serviços Básicos (escolas; Saúde; infraestruturas,etc)- Fundos da Política de Coesão Serviços essenciais de apoio à família	

Enfoque Temático 2 - Recursos, atividades económicas e produtos	
Necessidades principais	Necessidades complementares
PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6); COE8N1; COE8N2; COE8N5; COE8N7	COE1N5; COE2N1; COE7N5; COE6N5; COE9N5; PTOTN1; PTOTN3
Medida PEPAC	Resultados
B.3.3 - Reestruturação e conversão de vinhas (Biológica) B.3.4 - Reestruturação e conversão de vinhas C.3.1.1 - Investimento produtivo Bioeconomia – Modernização C.3.1.2 - Investimento na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental C.1.1.3 - Mosaico Agroflorestal C.2.2.2 - Investimento produtivo Jovens Agricultores C.3.2.1 - Florestação de terras agrícolas e não agrícolas C.4.2 - Apoio à Promoção de Produtos de Qualidade E.4.1 - Apoio à Transformação, Comercialização e Desenvolvimento de Produtos Agrícolas E.3.1 - Melhoria do desempenho das explorações agrícolas E.5.1 - Infraestruturas de apoio às explorações agrícolas F.1.1 - Investimento nas explorações agrícolas F.1.5 - Investimento nas acessibilidades às explorações agrícolas F.2.6 - Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos silvícolas F.8.3 - Apoio ao Modo de Produção Biológico F.1.3 - Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC

Enfoque Temático 3 – Património e Cultura	
Necessidades principais	Necessidades complementares
PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) COE8N1; COE8N2; COE8N5 COE8N7	COE7N5; COE6N5; COE9N5
Medida PEPAC	Resultados
E.5.1 - Infraestruturas de apoio às explorações agrícolas F.8.2 - Manutenção de muros de suporte de terras	R.39 Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC R.40: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.41 população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC
<u>Extra PEPAC:</u> Apoios às Empresas em Espaço Rural (que não do CAAF) Fundos da Política de Coesão Renovação de Aldeias (medida 10.2.6. LEADER do período de programação anterior)	

Enfoque Temático 4 – Governança	
Necessidades principais	Necessidades complementares
PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6); COE8N5; COE8N6; COE8N7	COE7N5; COE6N5; COE9N8; PTOTN2; PTOTN3; PTOTN3
Medida PEPAC	Resultados/metad
B.3.2 - Promoção e comunicação nos países terceiros C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação C.5.5 - Acompanhamento Técnico Especializado- Intercâmbio de conhecimento E.14.1 - Cooperação para a Inovação C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC